



O telejornalismo como instrumento de informação e de conhecimento das minorias representativas¹

Kelly Scoralick²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão sobre a utilização do telejornalismo como potente instrumento de informação e de conhecimento das minorias representativas, aqui, em especial, a dos deficientes (auditivos). Apresentamos a importância da comunicação para promover o respeito à cidadania dessas camadas marginalizadas. O foco recai sobre questões como discriminação e formas de representação no discurso da mídia e jornalismo como propagador do interesse público. Para a presente reflexão, baseamos na avaliação do *Jornal Visual*, exibido diariamente na Rede Minas e que é apresentado com a tradução das notícias na linguagem de sinais – LIBRAS.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias representativas; telejornalismo; cidadania; interesse público.

Introdução

O telejornal é hoje o principal meio de informação da maioria dos brasileiros. É através dele que boa parte da população fica sabendo do que está acontecendo no mundo. Por estar atrelada à função de prestadora de serviço público, acreditamos que a prática produtiva do telejornalismo desempenha papel relevante no exercício da cidadania.

Nesse artigo refletimos, inicialmente, sobre o binômio “maioria x minoria” que reflete uma relação de dominação e poder. A seguir, partimos para analisar de que forma essa relação de poder é refletida nos produtos midiáticos, com a reprodução das representações. Então questionamos, em um terceiro momento, como fica o direito à comunicação, direito referente não só às produções alternativas como também às mídias convencionais. Depois, analisamos a televisão chamada “pública” como sendo um espaço de inscrição de novas cidadanias, tendo o jornalismo como meio de produção de informações de relevância social, visando a satisfazer a o interesse do público. E, por fim, apresentamos a reflexão sobre o *Jornal Visual*, telejornal de uma televisão pública e, portanto, relacionado à divulgação de informações de interesse público, no caso, de interesse aos deficientes, em especial, os auditivos. Verificamos a forma que as notícias

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Jornalismo da UFJF, email: kelly.scoralick@alterosa.com.br



são transmitidas e se o que é apresentado pode contribuir para a informação dessa minoria representativa e para (re) conhecimento da mesma na sociedade.

Segundo o Censo 2000 do IBGE, 24,5 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, o que corresponde a 14,5% da população. Só de deficientes auditivos são quase seis milhões de brasileiros. Daí ser ainda mais importante um espaço que dê atenção e respeite essa minoria, numericamente representativa, porém, discriminada na sociedade e também no discurso midiático.

Acreditamos ser o telejornalismo capaz de reduzir tal processo de exclusão. Pensamos que o telejornalismo pode transformar o “diferente” (minorias) em “o igual” (maioria), promovendo o respeito à cidadania. É utilizar do telejornal como instrumento de transformação da atual realidade de marginalização das minorias representativas.

Minorias x Maiorias

A relação de dominação sempre ocorreu na nossa sociedade, provocando o agravamento do processo de exclusão das minorias representativas. Como exemplo, podemos citar as relações de dominação estabelecidas entre pobre/rico, mulher/homem, negro/branco, “normal”/”desviante”. Esse processo de exclusão extrai das pessoas seus direitos à cidadania simplesmente por pertencerem a determinada classe ou grupo social.

O binômio maioria/minoria fica estabelecido, então, na relação de poder, isto é, quem está dentro e quem está fora do jogo do poder e das relações político-econômicas. Definindo os termos: maioria refere-se a “qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo, assim, relações injustas com as minorias sociais” (ROSO, A; STREY, M. N.; GUARESCHI, P.; e BUENO, S. M. N., 2002, p. 75).

As minorias, por sua vez, são consideradas como os “segmentos da sociedade que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação” (Ibidem, p.75) e que também faz parte da nossa realidade mediada.

Vale lembrar que não há qualquer relação entre minorias e maiorias com os números, isto é, pode haver numericamente mais pobres, por exemplo, mas eles continuam a ser minorias. Muitas vezes esse grupo não é reconhecido nem respeitado pelos demais.



“Isso pode gerar uma relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o “outro” (minorias) se apresenta com uma conotação negativa, e a “maioria”, uma positiva. [...] Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e cristalizam” (Ibidem, p. 78).

Frente aos estereótipos, há uma saída: não conformar-se, principalmente aqueles diretamente afetados, no caso, as minorias.

É preciso estar alerta para a existência dessa relação de dominação. E, por consequência, tomar o poder nas mãos, de forma à reivindicar os direitos do grupo minoritário para transformar a situação estabelecida dentro de um espaço que não atua em favor dele ou respeita seus interesses.

A manifestação é uma tomada de consciência ao mesmo tempo em que pertence ao domínio da linguagem. Manifestar é, simultaneamente, ser e dizer o que se é. As mídias massivas são constituintes tanto do “ser” quanto do “dizer” a partir do momento em que as vozes que dali partem entram em circulação e provocam toda uma sorte de reações públicas, cujos desdobramentos podem (ou não) ser decisivos na reconstituição do estar-no-Mundo das identidades culturais (FORMIGA, 2008, p. 8).

É sobre o “ser” e “dizer” na mídia que tratamos a seguir.

Representação na televisão – mídia e poder

A constituição de uma(s) identidade(s) é marcada pelas relações do indivíduo com a sociedade na qual ele está inserido. Na atualidade, essa vivência do sujeito com o seu meio é permeada pelas mensagens transmitidas nos meios de comunicação.

“...os meios de comunicação contribuem hoje de maneira decisiva, para a *construção social da realidade*. Os *media* modernos são elementos centralmente constituintes das formas atuais de organização social e de configuração cultural, caracteristicamente urbanas, e dos fluxos globalizadores que as atravessam (COSTA, 2002, p.19)”.

Dentre os meios de comunicação de massa, a televisão, implicada na reprodução de representações, utilizando o recurso da imagem, possui uma penetração intensa na sociedade brasileira. A representação “supõe um sistema de significação que dá inteligibilidade ao mundo e que é produzida dentro de relações de poder” (Silva, 1999, apud RAMPELOTTO, 2004, p. 126) por meio de mecanismos de delegação e descrição. O problema da representação está no fato de esta reproduzir mecanismos de regulação e de controle do olhar em um jogo de visibilidade/invisibilidade que define quem são e



como são os outros. Normalmente, reproduzem as representações com as quais a sociedade está familiarizada e evitam propor alterações às ordens das coisas. Não raro são guiadas pela manutenção dos estereótipos. Ao serem tomados como legítimos, os discursos passam a funcionar como regimes de verdade, instauram referenciais identitários.

Assim, a mídia produz modos de pensar e conhecer. A própria linguagem, forma de expressão dos media, não é unicamente um meio de exposição, já que falar equivale a construir o mundo. Portanto, o uso da linguagem sempre deve ser visto como uma forma de ação, uma vez que os discursos passam a ser produtores do que se chama de “realidade”.

Ao delimitar comportamentos, modos de ser e agir, os discursos estabelecem normas, padrões e, ao mesmo tempo, afirmam e constituem aquilo que é diferente a esta identidade, que não é apenas o seu oposto, mas é tudo aquilo que não está incluído nesta referência. Esta dinâmica de significação e demarcação de diferenças, central para as teorias pós-estruturalistas, será fundamental no processo de construção e constituição de identidades” (GUARESCHI, 2006, p. 84).

Há hoje a necessidade de reconstituir a própria forma de conceber a identidade. Cria-se, então, uma política da identidade. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas quanto pela resistência dos “novos movimentos sociais”, ao colocar em jogo identidades que não têm sido reconhecidas ou que têm ocupado espaço às margens da sociedade.

Podemos pensar as políticas de identidade como movimentos de contestação que não se fazem pelo igual, mas pela diferença, não são lutas pela imposição da supremacia de uma identidade, ou categorias, mas constituem-se justamente na diferença, naquilo que não são, não em termos materiais, mas em termos discursivos (GUARESCHI, 2000, apud. GUARESCHI, 2006, p. 86).

Para essa mudança, diante do que já foi exposto, a mídia também tem um papel fundamental. As políticas de identidade devem ganhar destaque nos meios de comunicação, com discursos mais afastados das relações de poder e da exclusão, comumente destinados às minorias representativas. É preciso usar o poder discursivo, aqui retratado, para romper as condições desiguais e de conflitos de classe, raça, gênero, entre outras. E celebrar a diferença!

Sobre os media recaem, em qualquer circunstância, as mais elevadas (e exigentes) expectativas em termos de processos de reconhecimento, através da apropriação



quotidiana de que são objecto as suas mensagens e os seus diversos produtos. Os media são hoje um palco principal aonde tem lugar este tipo de conflitos simbólicos: a luta pelo reconhecimento, que assim se projecta em larga escala e serve às identidades como meio excepcional para a sua afirmação em termos muito amplos – para além de todos os limites imagináveis que o círculo dos contactos sociais convencionais poderiam proporcionar” (ESTEVES, 1999, p.09).b

Uma nova perspectiva discursiva dos meios de massa em relação às minorias deve surgir como prioridade, inclusive na tarefa de ampliar os horizontes do processo de democratização na sociedade brasileira.

Mas vale lembrar que a mídia muito raramente foge à regra. De uma maneira geral, o que chega a ser exposto são os produtos que refletem as posições mais tradicionalmente estabelecidas. Discursos transgressores tendem a se restringir às produções ditas “alternativas” ou “independentes”, vistas e apreciadas por parcelas menores e mais segmentadas do público. Entretanto, questionamos esse posicionamento. Como fica o direito à comunicação, direito esse estendido não só às produções alternativas como também às mídias convencionais?

Comunicação e Cidadania

Definimos cidadania como a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade. Portanto, ela não nos é dada, é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

Maria de Lourdes Manzini-Covre (2001, p.10) diz que o primeiro pressuposto da prática da cidadania é “que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população”.

É justamente esse o momento que vivemos na história na luta pelos direitos humanos: desenvolve-se a consciência do direito de ter direitos.

A extensão de direitos a indivíduos anteriormente excluídos do princípio de representação foi sendo conquistada a partir de ações públicas, pressões, negociações e manobras, originando processos diferenciados para a incorporação das classes “inferiores” em cada país.

Assim surgiu o chamado Estado de Direito para estabelecer direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei, e dar um passo para o fim da desigualdade a que os homens sempre foram relegados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo 19, assegura que todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de



expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por quaisquer meios de expressão.

Em *A Era dos Direitos*, Norberto Bobbio fala da conquista dos direitos, divididos em quatro gerações: direitos civis e políticos são de primeira geração; direitos sociais são de segunda geração; os direitos coletivos e os que pregam o respeito às diferenças são de terceira geração. Aqueles que visam a impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida no planeta são considerados como de quarta geração.

Aqui tratamos, especificamente, do direito considerado como de terceira geração, que é o direito do ser humano em suas diferenças e necessidades. São os direitos coletivos de um povo, uma nação, uma comunidade, das minorias discriminadas.

Devemos salientar a importância do papel desempenhado pelos meios de comunicação nesse processo de intervenção social, de divulgação e prevalência dos direitos dos cidadãos.

Victor Gentilli em *Democracia de Massas: Cidadania e Informação* levanta a necessidade da prática do jornalismo com informações necessárias à vida social, sendo a comunicação um direito. A partir da informação, formar conhecimento do que ocorre no mundo, tendo, assim, conhecimentos diversos.

Numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo (GENTILLI, 1995, p. 158).

Gentilli fala da função dos jornais como mediadores e do jornalista como representante do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos. A produção de informação é que torna possível o mundo e o poder político, em particular, visível ao cidadão e permite que ele se situe na sociedade.

Para que cada homem possa participar das decisões que lhe interesse e/ou lhe diga respeito em condições de igualdade, é indispensável um sistema de comunicação que ofereça ao conjunto de cidadãos as informações básicas e as alternativas possíveis para que tais decisões sejam tomadas, conscientemente – na medida do possível –, com a possibilidade máxima de acesso à informação (GENTILLI, 1995, p. 200).

É, portanto, a comunicação uma das possibilidades para o exercício da cidadania, com a formação ainda de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio



social. “Um cidadão mais informado criará uma melhor e mais completa democracia” (SCHUDSON, 1996, p. 205 *apud* VIZEU, 2005, p. 65).

Estar informado, ter a possibilidade de conhecimento do que acontece, dispor de dados que levem à reflexão sobre situações de suma importância na vida social quer em seus aspectos políticos, econômicos, éticos, culturais ou científicos, tomando decisões e as colocando em prática, significa exercer com dignidade a cidadania (SOMMA, 2002, p. 04).

Quanto mais informações o indivíduo possuir, maior será a sua consciência do mundo para tomar decisões. As informações, na maioria das vezes, vêm a partir do que é veiculado pelos telejornais. Sabemos que, até certo ponto, o jornalismo é praticado dentro de um sistema que prioriza o monopólio da informação, mas, ao mesmo tempo, acreditamos que sua prática produtiva desempenha papel relevante no exercício da cidadania oferecido como serviço ao público.

Jornalismo e serviço ao público

O fazer jornalístico sempre foi norteado para a produção de informações de relevância social, visando a satisfazer a o interesse do público.

Em larga medida, nos últimos tempos o jornalismo tem sido orientado não mais pelo interesse público e sim, pelo privado, pela lógica do mercado.

A representação da vida social, em função dessa hegemonia dos telejornais como meio de informação jornalística, se basearia agora nos interesses das TV's enquanto empresas jornalísticas: (...) a atenção dada pela opinião pública aos temas da vida social se dá de acordo com a maneira e com a influência impostas pelos sistema televisivo (...) (TORNERO *apud* COUTINHO, 2007, p. 4) .

A legislação brasileira garante que as emissoras de televisão se apresentem como prestadoras ou concessionárias de serviço público. Murilo César Ramos questiona:

(...) no Brasil, concessão de televisão, mesmo que se chama concessão – o dispositivo jurídico-administrativo típico da prestação de serviços públicos -, não é de serviço público. Concessão no Brasil não contém obrigações de universalização, nem de continuidade. (...) Concessão de televisão no Brasil é, esdruxulamente, um serviço privado, deixado pelo Estado à mercê do funcionamento dos mercados (...)

(...) o papel da televisão é informar, e formar, a cidadania, e não desinformar, e deformar, consumidores (Ramos, 2007, *apud* Coutinho, 2007, p. 8).

Segundo Rincón (2002), a televisão chamada “pública” pretende privilegiar o caráter público, superar o comercial e ganhar densidade na vida cidadã e do coletivo



social. Ela deve ter uma função educativa, cultural e de responsabilidade social. Diz ainda que a TV pública acaba sendo um espaço de inscrição de novas cidadanias.

Como percebemos, a televisão deveria estar atrelada à função de prestadora de serviços públicos. Isso fortalece e entrelaça tudo o que foi discutido até aqui sobre o direito à comunicação de todos, sobre o direito de manifestar para se dizer o que se é e ainda sobre o peso do discurso da mídia, que pode contribuir para cidadania ou, erroneamente, reforçar preconceitos sob as minorias, enfraquecidas nas relações de poder.

A proposta agora é refletir sobre como um telejornal, de uma televisão educativa, é apresentado dentro da política de interesse público e feito também para atender a uma minoria, muitas vezes excluída do enfoque televisivo. Primeiro, uma breve apresentação sobre a Rede Minas de Televisão...

Rede Minas de Televisão

A Rede Minas de Televisão foi criada na gestão do governador Tancredo Neves, um ano antes do fim da ditadura, em 1984, com a função de contribuir para o desenvolvimento intelectual, cultural, social e econômico do Estado. Em 1993, tornou-se Fundação TV Minas Cultural e Educativa, uma emissora sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e detentora de privilégios legais atribuídos a entidades de utilidade pública.

Hoje o sinal da Rede Minas abrange 853 municípios do Estado, transmitindo programas educativos, de entretenimento, telejornais, animações, entre outros. O jornalismo está em pleno desenvolvimento na emissora. Entre eles, damos destaque ao *Jornal Visual*.

Jornal Visual

Criado em outubro de 1995, é o único telejornal exibido em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – no estado de Minas Gerais. Com duração média de oito minutos, sem intervalos comerciais, a transmissão é feita de segunda a sexta-feira, sempre às 7h50min, com reapresentações às 12h50min. E aos sábados, 12h25min.

Apesar de um telejornal com a linguagem de sinais nos parecer como um programa voltado para os deficientes auditivos, a editora-chefe do *Jornal Visual*, Nelyzeth Lisboa, afirma que o objetivo é focar os assuntos em reportagens sobre a inclusão social, daquelas pessoas com deficiência, de uma forma geral. Os temas também tendem à



variedade, segundo Nelyzeth, abordando questões de serviço, economia, emprego, saúde, esporte, comportamento, cultura e política.

A apresentação é feita por uma estudante de jornalismo, Rosane Lucas. Simultaneamente à locução sobre o assunto tratado, ocorre a tradução em Libras. Percebe-se que a pronúncia de palavras e frases é feita de uma forma muito mais lenta daquela que se encontra no telejornalismo convencional. Justamente para que a tradução seja realizada com clareza. Isso torna-se ainda mais necessário quando tem início a exibição da reportagem, o momento no qual o telespectador precisa acompanhar as imagens e a tradução ao mesmo tempo. Nesta hora, a imagem da apresentadora é reduzida para um pequeno quadrado no canto direito da tela.

Nelyzeth diz que não há uma equipe exclusiva para produção do *Jornal Visual*. A mesma estrutura utilizada nos demais jornais da emissora – *Jornal Minas* 1ª e 2ª edições – é usada para a produção do telejornal. Diferente dos demais produtos do jornalismo da Rede Minas, o *Visual* não é ao vivo. Por conta disto, a maioria dos VTs usados no jornal são aqueles considerados “frios”, no linguajar jornalístico. Os factuais³ ou aqueles VTs que contenham dados que possam ficar velhos muito rápido ficam de fora.

A TV Educativa do Rio de Janeiro também possui um jornal traduzido em Libras, anterior ao telejornal mineiro. Este, por sua vez, possui uma redação exclusiva que, além de reportagens, produz entrevistas com pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com profissionais da área. Mas vale ressaltar que em Minas Gerais nenhuma rede de televisão aberta tem um telejornal com esse caráter inclusivo e com transmissão simultânea em Libras.

A editora-chefe do *Jornal Visual* mineiro relata que para atender às demandas do formato do telejornal, as reportagens precisam, às vezes, serem reeditadas. Artes e gráficos, por exemplo, precisam ser cortados, refeitos ou cobertos por causa do tamanho da tela. E também, claro, para facilitar na compreensão e assimilação da informação com clareza por parte dos deficientes auditivos que, como já dito aqui, precisam acompanhar a tradução e também as imagens da reportagem no mesmo instante.

Percebe-se que há um cuidado para atender o público-alvo. Algumas modificações são feitas para atender às necessidades do telespectador surdo, que pouco ou nenhuma atenção recebe dentro da programação televisiva.

³ Notícia quente



O telejornal fornece o e-mail da equipe (jornalvisual@redeminas.mg.gov.br), estabelecendo uma abertura para contato e opinião. Perguntada sobre essa relação do telespectador com deficiência auditiva junto ao telejornal, Nelyzeth informa que a interatividade ainda é pequena. Porém, recebem elogios, sugestões e também críticas, que são analisadas para melhorar a apresentação do produto jornalístico para o público alvo (de acordo com a chamada na emissora do *Jornal Visual*, o slogan informa que este é “um jornal para todos”).

Análise dos telejornais

Foram analisadas cinco exibições do *Jornal Visual* no mês de junho de 2009. O objetivo é observar o quê, de fato, é apresentado no telejornal.

No dia 18 de junho o telejornal durou 8 minutos e 44 segundos. Foram duas reportagens, uma nota coberta⁴ e uma nota seca⁵.

O jornal inicia com uma nota seca sobre a Mostra de Cinema de Ouro Preto. O que é falado pela apresentadora, como o site do evento, por exemplo, também aparece em caracteres⁶, como forma escrita no vídeo.

Já a primeira reportagem dizia sobre o 1º Torneio de tênis paraolímpico realizado em Belo Horizonte. Falava que aquela era uma prova de superação. Trazia depoimentos dos atletas dizendo o que causou a deficiência física deles. A reportagem deixa como lição final que a deficiência física deixa de ser barreira nessa competição e, se a pessoa quiser, em qualquer outra situação.

A nota coberta que entra na seqüência fala sobre a exposição do artista plástico e arquiteto mineiro Marcos Anthony. Anuncia que o trabalho dele retrata cenas brasileiras de telas reproduzidas antes do período republicano. Então diz que Marcos é o primeiro arquiteto com deficiência auditiva em Minas Gerais e que participa de mostras de arte desde a infância. A reportagem é interessante porque serve de incentivo às pessoas com deficiência. E, além disso, a condução do texto foi correta, dentro do que é esperado para a ruptura do estigma da sociedade de “normal/anormal”. Muitas vezes se vê que primeiro é contado que o artista é deficiente para depois dizer os talentos que possui. Vale lembrar que a deficiência é uma parte da pessoa. Mas antes de tudo, fala-se de um

⁴ Texto em off – fala do repórter ou apresentador - coberto por imagens.

⁵ Notícia lida pelo apresentador sem qualquer imagem de ilustração.

⁶ Créditos. Identificação dos entrevistados, repórteres, dados de pesquisa, endereços e ficha técnica que aparece no vídeo do telejornal e nas vinhetas de encerramento.



cidadão como outro qualquer e são essas características que devem ser ressaltadas. A apresentadora encerra o assunto em nota pé⁷, falando o local onde está a exposição, mais uma vez, pausadamente, e com o endereço em caracteres.

A segunda reportagem do jornal traz informações sobre as famílias acolhedoras que cuidam de crianças que, por algum motivo, precisaram se afastar da família de origem e, depois de um tempo, retornam para a mesma. No fim da matéria, a apresentadora informa o telefone de contato das famílias acolhedoras na cidade de Poços de Caldas, sul de Minas. E informa que no jornal do dia seguinte seriam mostradas mais famílias acolhedoras em outras cidades do estado. Assim termina o telejornal da data.

Analisamos agora o telejornal do dia 19 de junho, com duração de 6 minutos e 10 segundos, que trouxe duas reportagens e uma nota seca.

Inicia com a nota seca sobre uma galeria de arte que promove a exposição e leilão de grandes nomes nacionais e internacionais. É dado o endereço da galeria de arte, falado e em caracteres.

A primeira reportagem tem como tema como construir uma moradia ecologicamente correta. O sistema de aquecimento de água é feito com garrafas *pet* e desenvolvido por alunos de uma escola na cidade de Mariana. Eles visitam um distrito vizinho onde as casas são de pau-a-pique e o novo sistema foi implantado. O projeto é uma boa idéia que pode melhorar a casa e a vida da população beneficiada.

Já a segunda reportagem traz as belezas da área verde da Mata do Krambeck, localizada em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira. E diz da possibilidade de transformar a mata em um jardim botânico. O reitor da UFJF, envolvida no projeto, fala da verba liberada pelo governo do Estado.

Já o telejornal do dia 22 de junho traz somente duas reportagens, sem nota seca nem coberta. São 8 minutos e quinze de duração.

Férias de julho. Esse é o tema da primeira reportagem do telejornal. Fala sobre o preço dos pacotes de viagem que estão em baixa, apesar da alta temporada, até mesmo por causa da queda do dólar. Utilizando de uma arte, com caracteres, mostra a redução de preços em viagens nacionais e internacionais. Observa-se que a locução deste texto não é tão pausado como a leitura feita pela apresentadora. Imagina-se por ser justamente

⁷ É a finalização da reportagem, em um texto curto, lido pela apresentadora.



um material não exclusivo para o *Jornal Visual*, que não tem o mesmo cuidado como a gravação das cabeças⁸.

Na segunda reportagem, o destaque é o lançamento do filme que fala sobre o mineiro Jean Charles, morto em Londres. Um dos atores do filme, Luís Miranda, diz que a história é de qualquer brasileiro, de qualquer um de nós.

A apresentadora encerra a matéria dizendo que o *Jornal Visual* vai mostrar como foi a repercussão da estreia do filme na cidade de Gonzaga, próximo a Belo Horizonte, onde mora a família de Jean Charles.

O *Jornal Visual* de 23 de junho teve a duração de 6 minutos e 45 segundos, com duas reportagens e uma nota seca.

A primeira reportagem falava sobre os cuidados com o uso de agrotóxicos por causa da contaminação. A matéria ensinava como lavar bem frutas e verduras. Em nota pé, a apresentadora dá o site da Anvisa.

A nota seca vem em seguida informando sobre o Seminário Estadual que discute o setor da saúde. É dito o horário, o endereço, o telefone, através de caracteres.

A salmonela é destacada na última reportagem. Explica que está presente no ovo e como inicia a infecção. Alerta para observar embalagens, as quais contêm orientações sobre a forma correta de armazenagem do ovo.

A apresentadora encerra o programa informando aos telespectadores os horários de exibição do *Jornal Visual*, convidando o telespectador a ficar “ligado na programação”.

No dia 24 de junho foram 7 minutos e 40 de duração, com duas reportagens somente.

A primeira delas trazia a estreia do filme sobre o mineiro Jean Charles, realizada na cidade de Gonzaga onde mora a família dele. Jean foi morto há quatro anos no metrô de Londres. A reportagem mostrou a emoção da mãe ao relembrar a trajetória do filho. No fim da matéria é dito que a estreia nacional do filme seria realizada em dois dias, em 26 de junho.

A última reportagem mostra as belezas do Museu do Oratório em Ouro Preto. Os mais variados oratórios são encontrados no local, além de ser contada toda a história desta tradição ao longo dos tempos. Em nota pé, a apresentadora fala onde fica localizada a igreja que está o Museu e informa também o horário de funcionamento, como sempre, também em caracteres.

⁸Texto lido pelo apresentador para introduzir a reportagem.



Nos cinco telejornais analisados, somando notas secas, cobertas e reportagens, uma editoria concentra a discussão: Cultura, que é tema sete vezes, o que corresponde à metade do que foi apresentado. Os setores ou tipos de abordagens que vêm em seguida, como percentuais bem diferentes do primeiro, são: Saúde, três aparições, e Economia, duas. Uma única reportagem é relacionada ao Esporte e outra a Serviço. E em nenhuma delas foi citada a questão da Política ou mesmo de Emprego e Comportamento.

Vale lembrar que a Rede Minas já possui uma linha editorial mais voltada para o conceito cultural. Daí justifica-se o número bem superior nesta editoria em relação às demais. Porém, a falta de informações do dia-a-dia, daquelas que estão na *agenda setting*, não permitem uma atualização dos telespectadores com os acontecimentos atuais.

Observamos ainda que a estrutura da notícia segue a mesma regra: cabeça, off, sonora⁹, nota pé. O tempo do jornal é curto e, portanto, não é possível abordar muitos assuntos. O que seria importante, uma vez que o *Jornal Visual* é o único telejornal transmitido em Minas Gerais com a linguagem de sinais e, portanto, seria em tese o que mais alcança a comunidade surda.

Nota-se também que não há presença ou participação de convidados, no estúdio, em nenhuma das gravações, o que poderia enriquecer o debate em cima de reportagens que tratassem exclusivamente das dificuldades enfrentadas pelos deficientes.

Percebemos que tudo que entra em caracteres na tela também é falado pela apresentadora, de uma forma bem pausada. Uma forma de atender telespectadores cegos e surdos principalmente.

Como é uma tendência do telejornalismo dos nossos dias, o *Jornal Visual* também possibilita o contato do telespectador via e-mail. Apesar de ainda ocorrer de forma reduzida, segundo a editora-chefe do telejornal, esse é um ótimo espaço que deve ser aproveitado pelos deficientes, em especial, de forma a sugerir e participar do processo de produção do *Jornal Visual*. É um importante instrumento para inclusão do público e que permite que sejam sugeridas mais reportagens sobre as necessidades da comunidade. Acreditamos que pelo fato do *Jornal Visual* ser o único telejornal exibido em Libras no Estado, ele permite maior visibilidade para o mundo da deficiência. É voltado para todas as pessoas, porém, promove uma atenção especial para os surdos e

⁹ É a fala dos entrevistados nas reportagens.



demais deficientes. Então, acreditamos que a comunidade envolvida deveria tomar ainda mais seu espaço, que já é seu por direito.

Ressaltamos que um jornal com a linguagem de sinais, ainda que com as ressalvas aqui apresentadas, dá o pontapé inicial e abre espaço para que as minorias estejam representadas na televisão, tenham seus direitos e sua cidadania respeitados.

Conclusões finais

O telejornal pode se transformar em um processo de formação contínua e permanente para o exercício da cidadania. Para isto, o veículo de comunicação deve assumir um compromisso com a comunidade a qual abrange. O jornalista cidadão, por sua vez, deve ser consciente do seu papel de incentivar a reflexão e atender às demandas da sociedade.

E o cidadão não pode conformar-se com a relação de dominação e deve reivindicar seus direitos, em todas as situações, inclusive lutando pelo direito de estar representado na mídia, especificamente, nos telejornais, cobrando também a divulgação do serviço de interesse público.

É preciso mudar a forma da produção televisiva e inovar no que diz respeito aos padrões de visibilidade e enquadramento dos grupos minoritários, em especial. Pode nos auxiliar a sermos mais sensíveis às problemáticas que as minorias enfrentam.

O desafio para melhorar a comunicação é através da consciência e respeito a outras culturas, aqui incluída a cultura do outro. É preciso elaborar um outro olhar sobre este outro. O princípio do reconhecimento se sustenta na homogeneidade e não na diferença. Ser cidadão na condição de indivíduo igual e não na condição de sujeito diferente, tendo sempre o respaldo da mídia, com a representação das minorias nos telejornais, entre outras coisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro:Campus, 1992.
- COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Fevereiro/2002, Vol. 17, n. 48, p.15-30.
- COUTINHO, Iluska. *Público, Telejornalismo e Identidade: uma reflexão sobre as esferas noticiosas e o destinatário da informação televisual*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, Setembro/2007.
- ESTEVES, João Pissarra. *Os media e a questão da identidade – sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito*. Março/1999. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em 12 de junho de 2009.



- FORMIGA, Heron. *Minorias, manifestações e mídia: a hora de dizer o dizível*. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, Setembro/2008
- GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: cidadania e informação*. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 1995.
- GUARESCHI, Neuza Maria e F. A mídia e a produção de modos de ser da adolescência. *Revista Famecos*. Porto Alegre, agosto/2006, n. 30, p. 81-90.
- LISBOA, Nelyzeth. *Entrevista concedida à autora*, via e-mail, em Junho de 2009.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 9 reimpr. da 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 2001.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- -----, Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: *Lumina – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF*. Vol.1, nº 1, junho de 2007.
- RAMPELOTTO, Elisa Maria. *Mesmidade ouvinte & alteridade surda: invenções do outro surdo no Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- RINCÓN, Omar (Org). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002.
- ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra M. Nora. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, jul./dez.2002, p. 74-94.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SILVA, Tomás Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SOMMA, J. *Jornalismo, Informação e Cidadania Contemporânea*. In: Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, São Paulo: Intercom, 2002.
- VIZEU, Alfredo Eurico. *O lado oculto do telejornalismo*. Florianópolis: Calandra, 2005.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Telejornais analisados

- Jornal Visual. Transmitido pela Rede Minas, em 18 de junho de 2009.
- Jornal Visual. Transmitido pela Rede Minas, em 19 de junho de 2009.
- Jornal Visual. Transmitido pela Rede Minas, em 22 de junho de 2009.
- Jornal Visual. Transmitido pela Rede Minas, em 23 de junho de 2009.
- Jornal Visual. Transmitido pela Rede Minas, em 24 de junho de 2009.